

Direito de se Travestir¹

Carolina JUNQUEIRA²

Elisa ROMERO³

Ligia CRISTALDI⁴

Marcela MAIA⁵

Piera COLOGNORI⁶

Patrícia RANGEL⁷

Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM-SP

RESUMO

A reportagem radiofônica “Direito de se Travestir” revela as dificuldades dos travestis e transexuais de serem aceitos na sociedade. Para tanto, apresenta depoimentos com dois travestis que se vestem como mulheres, uma transexual que mudou o nome e realizará ainda este ano a cirurgia de troca de sexo e um antropólogo que explica o conceito de gêneros. A peça mostra a relação com que as figuras entrevistadas lutam para obterem o direito de se travestir e serem aceitos dentro de uma sociedade quase sempre inflexível.

PALAVRAS-CHAVE: Reportagem de rádio, travesti; crossdresser; transexual, direitos.

INTRODUÇÃO

A distinção entre natureza e cultura foi amplamente adotada nos primeiros debates sobre identidade de gênero, termo este que se tornou uma categoria e uma reflexão teórica muito relevante nas ciências humanas nas últimas décadas. Em diálogo com as teorias sociais, sua produção teórica tem se desenvolvido a partir de uma produção crescente desde a década de 1970, com reflexões sobre formas de poder e desigualdades que passaram a ser compreendidas como sociais e culturalmente produzidas. A oposição entre natureza e

¹ Trabalho submetido ao XX Prêmio Expocom 2013, na Categoria jornalismo, modalidade reportagem em rádio jornalismo (avulso).

² Estudante do 5º. Semestre do Curso de Jornalismo, email: kakajunqueira@hotmail.com

³ Estudante do 5º. Semestre do Curso de Jornalismo, email: elisa.romero10@gmail.com

⁴ Aluna líder do grupo e estudante do 5º. Semestre do Curso de Jornalismo, email: ligia.cristaldi@gmail.com

⁵ Estudante do 5º. Semestre do Curso de Jornalismo, email: marcela_ml_93@hotmail.com

⁶ Estudante do 5º. Semestre do Curso de Jornalismo, email: piera.colognori@gmail.com

⁷ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo, email: patricia.rangel@espm.br

cultura, na antropologia, se dá no momento em que as formas de pensar e de agir de um grupo passam a ser determinadas a partir da convivência social e da relação entre os indivíduos que compõe uma sociedade. Corresponde à esfera da natureza tudo aquilo que é universal, ou seja, o que é dado no mundo e, sendo assim, pode ser encontrado em várias sociedades. O modo como cada sociedade lida com essas universalidades corresponde à esfera da cultura.

Lévi-Strauss (1982) chega a uma solução lógica a partir da qual encontra um marco para a passagem entre natureza e cultura. Identifica como marco dessa passagem o tabu do incesto. A proibição de relacionar-se com determinados parentes, seria universal. Manifestar-se-ia, portanto em qualquer sociedade. Contudo, os parentes prescritos variariam de acordo com cada cultura em específico.

A proposição sexo está para gênero assim como natureza está para cultura supõe sexo como a anatomia sexual e trata de características intrínsecas ao corpo (SCOTT, 1995; STOLCKE, 1991). Seria, portanto, algo natural. Gênero, por sua vez, envolveria variabilidade, e não universalidade. Sua constituição depende do uso de símbolos e de convenções dentro de determinada sociedade. A partir de tal proposição, poder-se-ia concluir que gênero é construído, enquanto sexo é natural.

As discussões sobre identidade de gênero, no entanto, caminharam para desconstruir a ideia de que se nasce homem e mulher, ao trabalhar a ideia de que, na verdade, torna-se homem e mulher. Dessa forma, identifica-se um problema na utilização do termo sexo, justamente pelo fato de este estar associado a uma noção “naturalizante”. O termo carrega um determinismo baseado na oposição binária entre feminino e masculino. Categorizar um sujeito como do sexo “feminino” ou “masculino” é o mesmo que tratar de características subjetivas do ser humano, como se fossem naturais.

Falar em feminino ou masculino é tratar de categorias que foram constituídas socialmente. Logo, tratar essas categorias subjetivas do corpo humano como gênero ajuda a afastar a noção de que elas sejam naturais ao corpo.

Marcel Mauss (1974, p. 371), um dos primeiros a discutir noções relacionadas ao tema, acredita que gênero seja algo corporificado. Em sua discussão, ele revela como o corpo é treinado de acordo com a cultura na qual o indivíduo está inserido. Seja na postura, no tom da voz, no modo como se arruma ou no andar. Gênero, para o autor, é algo a englobar essas diferenças de *habitus*.

A partir de uma análise histórica – que contempla desde a antiguidade clássica até os estudos de Freud –, Thomas Laqueur (2001, p. 19) mostra, que, antigamente, pensava-se sexo de maneira única:

Eu gostaria de propor, em vez disso, que nesses textos pré-Iluminismo, e mesmo em alguns textos *posteriore*, o *sexo* ou o corpo deve ser compreendido como epifenômeno, enquanto o corpo, que nós consideraríamos uma categoria cultural, era primário ou “real”. O gênero – homem e mulher – era muito importante e fazia parte da ordem das coisas; o sexo era convencional, embora a terminologia moderna torne essa reordenação sem sentido. Pelo menos o que nós chamamos de sexo e gênero existiam em um modelo de sexo único.

As representações de gênero atribuídas a homens e mulheres mudaram radicalmente após a diferenciação dos sexos, mas gênero já era relacionado a comportamento. O termo gênero começou a ser utilizado pelas feministas como tentativa de oposição às atribuições de papéis sociais baseados em características intrínsecas ao corpo. Tentavam, dessa maneira, eliminar a opressão social que sofriam por conta da exacerbação das diferenças físicas. No entanto, essa noção de gênero deve ultrapassar o estudo sobre mulheres. Falar sobre o que é feminino implica em discutir o que é masculino. Gênero, portanto, deve ser pensado de forma a classificar as esferas do masculino e do feminino.

Por conta desse caráter histórico, o termo gênero sofreria variação na forma de constituir-se a partir do contexto no qual está inserido. Para a autora, o gênero é produto da divisão sexual do trabalho. Diferenças são construídas e naturalizadas a partir dessa divisão, que varia também de acordo com o contexto histórico no qual se insere. Não é, portanto, indício de uma diferença natural, mas, sim, explicada pela separação de tarefas necessárias à sobrevivência de uma microunidade econômica.

A ambiguidade que reside no termo “sexo” também pode inferir uma causalidade entre sexo biológico e sexualidade, isto é, pode deixar subentendido uma normatividade a partir do padrão heterossexual. Tal normatividade se estabelece na sociedade, mas deve ser vista como algo cultural. O padrão heterossexual tido como “normal” é também construído, mas corre o risco de ser naturalizado. Gênero, por outro lado, vai além do estudo das mulheres e deste gênero, em particular. Deve abarcar o aspecto relacional, social e construído da questão, situando-a na articulação entre homens e mulheres.

Verena Stolcke (1991) mostra que as diferenças sexuais e de raça devem ser interpretadas como “fatos biológicos” socialmente significativos, na sociedade de classes, por serem formas de naturalizar e perpetuar as desigualdades de raça e gênero. Em seu modo de ver, interpretar gênero como algo relacionado à cultura, assim como associar sexo

à biologia, é ignorar as análises que tendem a naturalizar essas características que devem ser compreendidas como socialmente constituídas.

Judith Butler (2003, p. 20) tece críticas à necessidade do sujeito em assumir uma identidade. Para ela, o sujeito nunca está pronto e a identidade assumida deve variar de acordo com o contexto no qual ele está inserido. Esse sujeito executa as normas às quais é submetido, e vai repensando as experiências para constituir-se a si próprio a partir das relações sociais. As regulações de construção de gênero, no entanto, estão sempre mudando ao longo da história e mesmo a subversão das normas se dá relevando alguns padrões.

É por essa tendência de naturalizar fatos socialmente constituídos que deve ser desconsiderada a proposição sexo está para gênero assim como natureza está para cultura (SCOTT, 1995; STOLCKE, 1991). Além disso, sexo também deve ser percebido como culturalmente constituído, e não como algo universal, biologicamente determinado.

Travestismo

O ser humano é um ser social que constrói a si próprio por meio de objetos culturalmente carregados de significados. A forma como escolhe e utiliza determinados objetos imprime seu lugar na sociedade. O travestismo está associado ao ato de se travestir: se vestir ou se disfarçar com roupas do sexo oposto. Além disso, existem pessoas que fazem mudança no corpo (operações), para se transformar por completo.

Dentro desse universo existe um conjunto de denotações de senso comum: os travestis, os transsexuais, os dragqueens e os crossdressers. Cada um tem uma definição diferente:

- 1) Travestis são pessoas que vivem uma parte do dia ou mesmo o dia-a-dia como se fossem do sexo oposto, mas entendem e aceitam o sexo que tem. Além de se travestirem com roupas do sexo oposto é comum a utilização de um nome social, corte de cabelo, adoção de modos e de timbre de voz.
- 2) Transexual é uma pessoa que possui uma identidade diferente da designada no nascimento, tendo o desejo aceito como sendo do sexo oposto e até fazendo transformações definitivas, como operações para mudar o órgão sexual, colocar próteses e etc.

- 3) Dragqueens são pessoas que se fantasiam e fazem shows, com intuito artístico. Vestem-se com roupas do sexo oposto, de forma exagerada e chamativa e fazem uma performance.
- 4) Crossdressers são pessoas que vestem roupa ou usam objetos associados ao sexo oposto, por razões como obter gratificação sexual.

Muitas pessoas associam o travestismo com a sociedade moderna, em que existe mais liberdade de expressão e menos repressão em relação à mudança de sexo. Essas opiniões estão relacionadas a questões sociais, que definem a diferença dos gêneros e as associam com as opções sexuais.

OBJETIVO

O objetivo da reportagem radiofônica “Direito de se Travestir” é revelar as dificuldades dos travestis e transexuais de serem aceitos na sociedade. Para tanto, procura explicar as quatro denominações usadas para aqueles que nascem com um sexo e vestem-se de outro: *crossdresser*, *dragqueen*, travesti e transexual. A reportagem transmite o desejo dos personagens de vestir-se com roupas do sexo oposto.

A peça procura mostrar o caráter social através do qual o gênero é definido. Procurou-se passar ao ouvinte os sentimentos e as emoções dos personagens que sofrem com preconceitos diários por optarem transcender alguns costumes arraigados na sociedade.

JUSTIFICATIVA

A reportagem radiofônica é uma das formas de estruturação da informação no rádio. É um dos momentos do veículo em que se pode sair da superfície dos fatos, promover o aprofundamento da informação, a discussão e a reflexão. Emilio Prado (1989, p. 85) aponta como o elemento mais “rico entre os utilizados no rádio desde a perspectiva informativa”. O tema escolhido é raramente abordado pela mídia, e, quando explorado, não recebe o tratamento aprofundado de maneira a desmistificar alguns conceitos. Neste projeto, procurou-se o aprofundamento do assunto e também levar o conhecimento para a

sociedade das diferenças, por vezes sutis, entre travesti, transexual, dragqueen e crossdresser.

Tendo como veículo escolhido o rádio, percebemos maior facilidade em conseguir os depoimentos e entrevistas. Com o rosto protegido, os entrevistados mostraram-se confortáveis em reportar questões íntimas de seu cotidiano.

MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

A reportagem foi proposta dentro da disciplina “Produção e Edição de Áudio Visual (Linguagem Radiofônica)” e a opção pelo tema, baseada no interesse das alunas em aprofundar o conhecimento sobre o universo abordado. Pesquisas bibliográficas foram feitas para entender o caráter social que envolve o termo gênero, além disso, entrevistamos pessoalmente o antropólogo Fred Lúcio, que nos deu explicações teóricas sobre tema. Felipe, o estilista que usa as roupas que produz, e Francy Éder, o crossdresser que prefere ser chamado de Mia, também foram entrevistados pessoalmente. A entrevista com Bianca, a transexual, foi feita pelo telefone.

A reportagem “Direito de se Travestir” é um produto radiofônico de 10 minutos de duração. São apresentadas entrevistas com personagens que contam sobre o sentimento de ser um travesti e transexual. O foco não é a exploração da história pessoal do personagem, mas mostrar os direitos das diferentes personalidades.

Durante o mês de abril, todas as entrevistas foram realizadas na cidade de São Paulo. O aparelho utilizado para gravar as entrevistas foi o iPhone e a híbrida. As vinhetas e os offs foram gravados no estúdio de áudio da ESPM. Para a edição, foi utilizado o programa Protools, também nas dependências dos estúdios da ESPM-SP.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO

A reportagem radiofônica “Direito de se Travestir” buscou falar com fontes que representassem um grupo ou tribo com características únicas. Assim, foram entrevistados dois travestis – um estilista e um *crossdresser* – que se vestem como mulheres; e uma transexual, que mudou o nome e realizará, ainda este ano, a cirurgia de troca de sexo. O

antropólogo representa o especialista que entende sobre as diferenças sociológicas, específicas de gênero, existentes na sociedade.

As entrevistas procuram revelar a relação com que as figuras entrevistadas lutam para obterem o direito de se travestir e serem aceitos dentro de uma sociedade quase sempre inflexível. Demonstra os sentimentos e valores de cada personagem, independente da escolha do sexo. Esse formato possibilita, também, que os entrevistados criem aproximação e contato com o ouvinte, por conta da emoção presente nas falas. A narração, busca refletir um ar sutil e informal para contrapor com o poder imposto nas vozes dos personagens da reportagem radiofônica.

A reportagem foi editada em um bloco único, com dez minutos de duração. O antropólogo Fred Lúcio trouxe depoimentos teóricos que enfatizam a origem social da construção do gênero, fato importante para alertar que qualquer forma de exclusão praticada perante travestis, dragqueens, crossdressers, homossexuais e transexuais é injusta e tem origem em preconceitos arraigados na população. Francy Éder, Felipe e Bianca que são, respectivamente, crossdresser, homossexual e transexual, trazem seus depoimentos pessoais para dar vida à reportagem.

Enquanto Felipe e Francy Éder usam as roupas e os acessórios em momentos lúdicos, para realizar o desejo de se travestir sem, no entanto, modificar o corpo para se realizar, Bianca nunca se sentiu confortável em um corpo masculino. Não sente-se completa apenas usando roupas e acessórios femininos. Precisa de uma mudança maior, que intervenha diretamente em seu corpo e a faça uma mulher completa.

CONSIDERAÇÕES

Com o trabalho procuramos mostrar que indivíduos considerados pela sociedade como anomalias sofrem preconceitos e são marginalizados. Travestir-se é encontrar-se em outro corpo – nascer homem e querer ser mulher (e vice e versa), ou, simplesmente, manter-se homem e usar roupas e acessórios femininos (e vice e versa). Travestir-se nada interfere no caráter ou na habilidade para exercer funções de uma pessoa, por isso, deve ser encarado como um ato normal.

O rádio foi o veículo ideal para produzir a reportagem. Por ser um veículo que mantém o rosto dos entrevistados anônimos, transmite a ideia de segurança, uma vez que,

de certa forma, os protege ao privar o ouvinte de identificá-los. Ao tomar ciência de que a reportagem seria produzida para o rádio, percebeu-se maior entrega junto às fontes, que ficaram mais à vontade em relatar assuntos pessoais.

Referências

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo. **Manual de radiojornalismo: produção, ética e internet**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHANTLER, Paul & Stewart, Peter. **Fundamentos do Radiojornalismo**. São Paulo: Roca, 2006.

JOFFILY, Ruth. **O jornalismo e a produção de moda**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

JUNG, Milton. **Jornalismo de rádio**. São Paulo: Contexto, 2004

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

PRADO, Emilio. **Estrutura da informação radiofônica**. São Paulo: Summus, 1989.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

STOLCKE, Verena. **Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?** *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 20, p. 101-119, jun. 1991.

TRAVANCAS, Isabel. **Fazendo etnografia no mundo da comunicação**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005. p. 98-109.

